

DOCTRINA

ARTIGOS

Déficit democrático do Estado Brasileiro (legislativo e administrativo) Diogo de Figueiredo Moreira Neto	9
O contrato administrativo como alternativa ao ato administrativo unilateral – Breve análise jurídico-comparada Federico Nunes de Matos	16
A necessidade de concessão de oportunidade para oferta de defesa prévia em ação de improbidade. Contraditório. Ampla defesa. Devido processo legal Gina Copola	29
Serviço público de transporte ferroviário: devolução pelo concessionário de bens de valor histórico-cultural não utilizados Gustavo de Carvalho Guadanhin	33
Reforma administrativa, infraestruturas e instrumentos de gestão interfederativa de serviços públicos Marcelo Augusto Biehl Ortolan	47
A evolução do Estado regulador no Brasil – Desenvolvimento, globalização, paternalismo e judicialização Patrícia Baptista	59
A interpretação da falta grave no âmbito do processo administrativo disciplinar Raphael Silva Rodrigues, Flávia Álvares Guimarães	66
Anotações à Portaria nº 910, de 7.4.2015 Toshio Mukai	77

ORIENTAÇÕES PRÁTICAS FÓRUM ADMINISTRATIVO

Normas pertinentes a servidores – Competência de iniciativa e princípio da razoabilidade.....	81
---	----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Medida cautelar em ADI – Emenda Constitucional nº 88/2015 – Aposentadoria Compulsória aos 75 anos de idade de membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União – Necessidade de nova sabatina perante o Senado Federal – Violação da separação dos Poderes – Ultraje à independência e à imparcialidade do Poder Judiciário – Inconstitucionalidade – Discussão restrita aos membros do Poder Judiciário – Necessidade de lei complementar nacional de iniciativa do STF – Inviabilidade de leis estaduais que disponham de aposentadoria de magistrados – Existência de regra específica para membros de Tribunal Superior – Princípios da isonomia e da unidade do Judiciário – Não violação. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.316/DF.....	83
---	----

Superior Tribunal de Justiça

Agente político – Prefeito – Previdenciário – Segurado facultativo até a vigência da Lei nº 10.887/2004 – Ausência de recolhimento – Impossibilidade de reconhecimento da filiação – Inviabilidade de cômputo do tempo. Recurso Especial nº 1.493.7/PR	102
---	-----

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Meio ambiente – Construção de sistema de esgotamento sanitário nas imediações de Unidade de Conservação Federal – Competência para o licenciamento ambiental – Necessidade de prévia licença do órgão ambiental federal responsável pela gestão daquela unidade – IBAMA – Descumprimento de condicionantes ambientais – Tutela cautelar – Autuação e embargo da obra – Legalidade. Apelação Cível nº 2008.33.00.012341-2/BA.....	105
---	-----

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Mandado de segurança – Guarda Municipal – Porte de arma de fogo – Figuração no rol das atividades profissionais a qual é possível a concessão do porte de arma de uso restrito – Lei nº 10.826/2003 – Necessidade de existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno no Município e realização de treinamento técnico – Ato administrativo discricionário – Ausência de direito líquido e certo. 110

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Administrativo – Servidor público – Licença para o exercício de atividade política – Direito à remuneração pelo período de três meses anteriores ao pleito eleitoral – Data do registro – Protocolo da candidatura – Possibilidade de recebimento integral dos vencimentos. 113

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Administrativo – Previdenciário – Tempo especial prestado na iniciativa privada antes do ingresso do servidor no serviço público – Averbação no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – Vedação – Art. 96, I, da Lei nº 8.213/91 e no Art. 4º, I, da Lei nº 6.226/75 – Incidente de inconstitucionalidade acolhido – Posicionamentos. 116

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Administrativo – Militar – Movimentação *ex officio* – Problemas de saúde da esposa do servidor – Patologia agravada em razão da localidade da transferência – Anulação do ato – Razoabilidade – Transferência para outras localidades – Ausência de vínculo com a doença – Possibilidade. Embargos Infringentes em Ação Cível nº 554688/AL..... 137

EMENTÁRIO

Administrativo.....	141
Concurso Público.....	142
Improbidade Administrativa.....	147
Meio Ambiente.....	149
Penal e Processual Penal.....	149
Previdenciário.....	151
Processo Administrativo Disciplinar.....	152
Servidor Público.....	155

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

Administrativo.....	161
Concurso Público.....	161
Processo Administrativo Disciplinar.....	162
Servidor Público.....	163

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (Art. 66)	
Antônio Flávio de Oliveira	165

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação.....	167
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	169